

2004

REVISTA de Demografía Histórica

XXII - II

XXII - II

REVISTA
de Demografía Histórica



2004

ADEH

EDITOR

José Antonio Salas Auséns (Universidad de Zaragoza)

SECRETARÍA DE REDACCIÓN

Fernando Mikelarena (Universidad de Zaragoza)
Carolina Montoro (Universidad de Navarra)
Javier Silvestre (Universidad de Zaragoza)
María José Vilalta (Universitat de Lleida)

CONSEJO DE REDACCIÓN

Norberta Amorim (Universidade do Minho)
Mercedes Arbaiza (Euskal Herriko Unibertsitatea-Universidad del País Vasco)
Isidro Dubert (Universidade de Santiago de Compostela)
Francisco García González (Universidad de Castilla-La Mancha)
Isabel Moll (Universitat de les Illes Balears)
Vicente Pérez Moreda (Universidad Complutense de Madrid)
Diego Ramiro Fariñas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas)
María Luís Rocha Pinto (Universidade de Aveiro)

CONSEJO ASESOR

Josep Bernabeu (Universitat d'Alacant)
Serafi Bernat (Universitat Jaume I de Castelló)
Anna Cabré (Centre d'Estudis Demogràfics-Universitat Autònoma de Barcelona)
Enriqueta Camps (Universitat Pompeu Fabra)
Montserrat Carbonell (Universitat de Barcelona)
Arón Cohen (Universidad de Granada)
Francisco Chacón (Universidad de Murcia)
Llorenç Ferrer (Universitat de Barcelona)
Rosa Gómez Redondo (Universidad Nacional de Educación a Distancia)
Dirk Godenau (Universidad de La Laguna)
Abel Losada (Universidade de Vigo)
José Manuel Pérez García (Universidade de Vigo)
Julio Pérez Serrano (Universidad de Cádiz)
Santiago Piquero (Euskal Herriko Unibertsitatea-Universidad del País Vasco)
Primitivo Pla Alberola (Universitat d'Alacant)
Joaquín Recaño (Centre d'Estudis Demogràfics-Universitat Autònoma de Barcelona)
María Xosé Rodríguez Galdo (Universidade de Santiago de Compostela)
Blanca Sánchez Alonso (Universidad San Pablo-CEU)
Alberto Sanz Gimeno (Universidad Complutense de Madrid)

Esta publicación ha recibido una subvención de la Universidad de Zaragoza en su convocatoria de ayudas a publicaciones periódicas de carácter científico

Los artículos de la Revista de Demografía Histórica aparecen reseñados en:
Bibliographie Internationale de la Démographie Historique,
Índice Español de Humanidades, Popline, Population Index

Diseño cubierta: David Guirao

Preimpresión: Servicio de Publicaciones (Universidad de Zaragoza)

Imprenta: Litocián, S. L.

Depósito Legal: Z-720/05

ISSN: 1696-702X

O PICO (séculos XVIII a XX). A ilha açoriana mais poupada pela morte

Maria Norberta Amorim¹

Revista de Demografia Histórica, XXII, II, 2004, segunda época, pp. 53-84

Resumo

A suavidade da morte na ilha do Pico, particularmente no que respeita ao prolongamento da velhice, é um fenómeno que causa estranheza. Poderemos procurar justificações na suavidade do clima, na sua relativa secura, na pureza das águas e numa alimentação variada, com bolo de milho como alimentação básica, mas com recurso aos inhames, às batatas, inglesa e doce, pouca carne, peixe, leite e seus derivados, algum vinho e fruta em abundância. Factores genéticos poderão ter favorecido a sobrevivência dos picoenses, mas o seu isolamento foi até época tardia uma grande defesa contra as epidemias. Pensamos que uma amamentação mais prolongada no século XVIII terá favorecido a sobrevivência das crianças, vulneráveis, no entanto, ao frio. Se a melhoria dos ambientes domésticos veio com o século XIX, favorecendo a sobrevivência de crianças e adultos, a evolução de hábitos culturais trouxe uma relativa penalização para as crianças, penalização que também adveio das epidemias de varíola que esse século conheceu. Note-se que só a partir dos anos de 1940 se reflectem na ilha os benefícios de recursos exteriores para apoio à sobrevivência.

Palavras-chave: reconstituição de paróquias, micro-análise demográfica, suavidade da morte.

Abstract

The mildness of death in the island of Pico, namely in what concerns the length of old age, is a unique phenomenon. One may well associate it with the mildness of the climate, fairly dry, with pure waters, a varied diet, based on maize cake

¹ Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Universidade do Minho, namorim@neps.ics.uminho.pt

Artigo inserido no projecto *Espaços Urbanos e Rurais. Micro-análise dos comportamentos demográficos, mobilidades geográfica e social e dinâmicas culturais (séculos XVI a XX)*, subsidiado pela FCT.

Agradeço aos avaliadores anónimos as pertinentes observações que condicionaram alterações valorativas ao texto original.

but consisting also of sweet potatoes, not much meat, fish, milk and its derivatives, some wine and plenty of fruit. Genetic factors may account for the high rate of survival of the inhabitants of Pico, but there isolation has also preserved them for long from epidemics.

In the 18th century, breast feeding until late childhood may have avoided infant mortality, though children were vulnerable to the cold weather. If on the one hand the 19th century brought an improvement in the domestic conditions which favoured the survival of children and adults, on the other evolution of cultural ways and customs burdened children to some extent, along with the smallpox epidemics common in that century.

We should bear in mind that only in the 1940s were the positive effects of external resources to help survived traceable in the island.

Résumé

L'adoucissement de la mort dans l'île du Pico, particulièrement dans ce qui concerne le prolongement de la vieillesse, c'est un phénomène qui provoque l'étonnement. Nous pourrions chercher des raisons dans la suavité du climat qui a une certaine sécheresse, dans la pureté de ses eaux et dans une alimentation variée, avec des gâteaux de maïs, le principal soutien de l'alimentation, mais avec le recours aux ignames, aux pommes de terre, soit anglaises, soit douces, à un peu de viande, au lait et ses dérivés, un peu de vin et beaucoup de fruits. Des facteurs génétiques auront favorisés la survivance des habitants du Pico, mais l'isolement de l'île fut jusqu'à une époque tardive une grande protection des épidémies. Nous pensons que l'allaitement très prolongé, au XVIII^{ème} siècle, aura favorisé la survivance des enfants, vulnérables, pourtant, au froid. Si l'amélioration des ambiances ménagères apportée par le XIX^{ème} siècle favorisa la survivance des enfants et des adultes, l'évolution des habitudes culturelles apporta une certaine pénalisation aux enfants, cette pénalisation advint aussi des épidémies vérifiées dans ce siècle. Nous devons remarquer que les bénéfices des ressources extérieures pour l'appui à la survivance ne se reflètent, dans l'île, que depuis les années 1940.

INTRODUÇÃO

No último censo do século XX (1991) a população dos Açores contava 237.795 habitantes, distribuídos pelas nove ilhas do Arquipélago, com uma densidade média de 102 habitantes/km². Na ilha do Pico, a segunda em extensão, com 15.202 residentes, a densidade populacional situava-se apenas nos 34 habitantes/km², contrastando com a ilha de maior extensão, S. Miguel, com 125.915 habitantes, onde a densidade populacional atingia os 169 habitantes/km².

Embora a fraca densidade da população do Pico se tenha de relacionar com o declive acentuado da ilha, onde a grande montanha se eleva a 2.351 m de altitude, obrigando à fixação junto à costa dos agregados populacionais, é também certo que nos últimos cento e cinquenta anos a população reduziu os seus efectivos para cerca de metade.

A taxa de natalidade no Pico em 1981-90 situava-se nos 13,8 por mil e a taxa de mortalidade subia a 14,29 por mil, enquanto em S. Miguel se encontrava, paralelamente, taxas de 21,31 e 9,99 por mil. No período, no Pico, os indivíduos de menos de 15 anos representavam 20% da população e os de 65 e mais anos representavam 19%, enquanto em S. Miguel as percentagens correspondentes se colocavam nos 29% e nos 11%, evidenciando a ilha montanha um claro envelhecimento relativo da sua população.

Gilberta Rocha, ao analisar a *Dinâmica populacional dos Açores no século XX*, constata, ao longo desse século, a nível da mortalidade, a especificidade de comportamento no Pico, com níveis de mortalidade infantil e esperança de vida particularmente favoráveis, em contraste com o quadro micaelense (1991: 152).

No seu *Relatório de 1861*, o Governador Civil do Distrito Autónomo da Horta, António José Vieira Santa Rita, ao debruçar-se sobre a saúde pública, deixou-nos este testemunho:

Felizmente para os habitantes do distrito da Horta a sua condição higiénica é excelente, pois que não obstante a falta de recursos da medicina em algumas das suas ilhas, as estatísticas da sua mortalidade apresentam uma cifra bastante lisonjeira, comparada com a dos países que se reputam como mais sadios.

No ano de que trato (1859), apesar da miséria que oprimiu as classes indigentes, e dos maus alimentos a que muitos recorreram, a proporção entre os óbitos e o número da população foi de 1 para 55, proporção idêntica à que se dera no ano antecedente de 1858.

Se a análise descer a cada uma das ilhas de que o distrito se compõe (Pico, Faial, Flores e Corvo), observa-se entre elas uma grande diferença, e a do Pico é aquela aonde proporcionalmente morre um menor número de pessoas.

A proporção calculada pelo Governador Santa Rita para o Pico foi de uma morte por 67 residentes, apesar de, numa população de 27.360 almas, não existir na ilha *um único facultativo*.

Os resultados que se vão conseguindo da micro-análise demográfica ao longo de três séculos (desde finais do século XVII, inícios do sécu-

lo XVIII) convergem no mesmo sentido. Nos últimos trezentos anos a ilha do Pico foi uma ilha particularmente poupada pela morte.

1. A MORTALIDADE

Indicadores privilegiados na análise do fenómeno da mortalidade são a esperança de vida à nascença e a mortalidade infantil. No entanto, o desenvolvimento dos cálculos da esperança de vida à nascença, de forma directa, com base nos registos de baptizados, casamentos e óbitos, exige condições de partida e um tratamento metodológico adequado. Se dispusermos à partida de registo sistemático de mortalidade infantil e assentarmos em algumas convenções, uma aproximação válida pode ser conseguida pela metodologia de reconstituição de paróquias.

As freguesias do Pico sobre as quais podemos analisar de forma directa a esperança de vida à nascença são as freguesias de Criação Velha (Mesquita, 1998), S. Mateus, S. Caetano, S. João (Amorim, 1992) e Ribeiras (Amorim, 2001). Para essas freguesias dispomos de uma base de dados com acompanhamento do percurso residencial de cada um dos indivíduos nascidos na comunidade, com data de óbito ou data de fim de observação, no caso dos migrantes. Assim, para essas freguesias, podemos estimar, idade a idade, quantos indivíduos estavam em risco de morrer e quantos de facto faleceram, calculando as respectivas taxas de mortalidade.

Além das freguesias apontadas dispomos de mais quatro já completamente reconstituídas, mas ainda em fase de marcação de fim de observação nas fichas dos migrantes, o que nos interdita o desenvolvimento dos cálculos da esperança de vida, sem impedir outras análises que não impliquem o acompanhamento de todo o percurso residencial. Como já referimos, perspectiva-se, num horizonte de três anos, a reconstituição de todas as restantes freguesias do Pico e o cruzamento interparóquial no sentido da formação de uma única base demográfica com trajectos residenciais reconstituídos. Não nos parece, contudo, que o alargamento da base venha trazer, no plano demográfico, resultados significativamente diferentes aos conseguidos nas freguesias agora em análise.

1.1. Esperança de vida à nascença

A nossa observação incidiu exclusivamente sobre os grupos de gerações nascidas em cada uma das cinco freguesias referidas para os períodos sobre os quais dispomos de registo sistemático de mortalidade infantil. No caso de S. João, a existência de uma série contínua de róis de confessados a cobrir todo o século XIX permitiu-nos, para o período, o conhecimento rigoroso do percurso residencial, ano a ano. Nos outros casos, foi convencionado, por defeito, como data de fim de observação para cada elemento de uma família móvel a data do último registo familiar conhecido, em regra o baptizado de uma criança. Se se tratava do afastamento de um indivíduo isolado, marcou-se como fim de observação o dia do seu vigésimo aniversário. Esta última opção teve em conta os dois motivos fundamentais de afastamento da paróquia: a emigração e o mercado matrimonial. No primeiro caso o afastamento foi predominantemente anterior àquela idade, no segundo, posterior, dada a elevada idade média ao casamento. Nos cálculos, para minimizar a concentração das saídas aos 20 anos de idade fez-se uma distribuição equitativa das mesmas pelas idades entre os 10 e os 29 anos (Amorim, 1992: 221).

Assim, no início de cada idade, estimámos os residentes e o número daqueles que morreram ou emigraram antes de atingirem a idade seguinte, considerando em risco de morrer os efectivos iniciais menos metade dos emigrados (Henry, 1976:169).

Para maior legibilidade, apresentamos em quadro a esperança de vida à nascença, a um ano de idade, aos cinco anos e depois de cinco em cinco anos, embora a análise tenha sido feita a cada idade e não por grupos de idades. Os dados são apresentados de forma agregada para as paróquias de S. Mateus, S. João e S. Caetano, designadas por «três paróquias», e isoladamente para Criação Velha e Ribeiras. A informação é depois agregada para o conjunto das paróquias observadas.

No Quadro VI apresentamos a esperança de vida para os indivíduos nascidos antes de 1800 em quatro paróquias (entre 1740 e 1799 nas «três paróquias» e entre 1750 e 1799 nas Ribeiras). A quinta paróquia, a Criação Velha, estudada por Maria Hermínia Mesquita, só foi criada em 1801 por desdobramento da freguesia da Madalena.

Verificamos que, dentro dos altos níveis de sobrevivência, a esperança de vida à nascença foi mais elevada nas Ribeiras do que nas «três paróquias». Não sabemos se a ligação mais forte das Ribeiras ao mar,

QUADRO I
Esperança de vida (gerações nascidas entre 1740 e 1799)

Idades	Três paróquias			Ribeiras*			Total		
	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
0	49	48	49	53	51	52	51	50	50
1	57	55	56	62	58	60	59	56	58
5	58	57	58	62	58	60	59	58	59
10	54	54	54	58	55	57	56	55	55
15	50	50	50	54	51	52	52	51	51
20	46	46	46	50	47	48	47	47	47
25	42	42	42	46	43	44	43	43	43
30	38	39	38	42	39	40	39	39	39
35	34	35	34	38	35	37	35	35	35
40	30	31	30	34	31	32	31	31	31
45	26	27	27	30	28	29	27	27	27
50	23	24	23	25	24	24	24	24	24
55	19	20	19	21	20	21	20	20	20
60	16	16	16	18	17	17	16	17	16
65	12	13	13	15	13	14	13	13	13
70	10	11	10	11	11	11	10	11	10
75	7	8	8	9	8	9	8	8	8
80	5	6	6	7	6	6	6	6	6

*Gerações nascidas de 1750 a 1799

com uma dieta em que o peixe ocupava lugar importante, terá tido influência no resultado.

Outro dado a realçar é a esperança de vida à nascença mais favorável, nos dois casos, no sexo masculino relativamente ao feminino, situação que se irá inverter nas «três paróquias» a partir dos 30 anos de idade, mas que nas Ribeiras se mantém em todas as idades. A observação agregada mostra essa vantagem do sexo masculino sobre o feminino antes dos 20 anos, depois encontra-se nas idades seguintes um comportamento similar, com favorecimento para o sexo feminino a partir dos 60 anos.

Para as gerações nascidas entre 1800 e 1849 dá-se uma elevação de quatro anos da esperança de vida à nascença, sexos reunidos, em relação ao meio século precedente. O aumento de esperança de vida no sexo feminino foi de seis anos, enquanto no sexo masculino foi apenas de um ano. Torna-se difícil interpretar este resultado, que se repete, com algum paralelismo, nas diferentes paróquias observadas. Tratar-se-á de alterações nos hábitos culturais que vieram beneficiar as mulheres? Sabemos que até épocas recentes o trabalho da mulher do Pico era de *portas a dentro*, competindo-lhe, no entanto, abastecer a casa de lenha

QUADRO II
Esperança de vida (gerações nascidas entre 1800 e 1849)

Idades	Três paróquias			Ribeiras			Criação Velha*			Total		
	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
0	51	56	53	54	58	56	54	58	56	52	56	54
1	60	62	61	61	65	63	60	63	62	60	63	62
5	62	63	63	61	65	63	63	66	65	62	64	63
10	59	60	59	58	62	60	59	63	61	59	61	60
15	55	55	55	55	57	56	55	59	57	55	57	56
20	50	51	51	50	54	52	50	54	53	51	53	52
25	46	47	47	46	49	48	46	50	48	46	48	47
30	43	43	43	42	45	44	41	45	44	42	44	43
35	38	39	39	38	41	39	37	41	39	38	40	39
40	34	35	35	34	36	35	32	37	35	34	36	35
45	30	31	31	29	32	31	28	32	31	30	32	31
50	26	27	26	25	28	27	25	28	27	26	27	27
55	22	23	22	21	24	23	21	24	23	22	23	23
60	18	19	18	18	20	19	17	20	19	18	19	19
65	14	15	15	14	16	15	16	16	15	14	16	15
70	11	12	11	11	13	12	12	12	12	11	12	12
75	8	9	9	9	10	9	9	9	9	8	9	9
80	6	6	6	6	7	7	6	7	6	6	6	6

*gerações nascidas de 1801 a 1849

e de água, transportando à cabeça os feixes de lenha da encosta e a água do poço de maré. Colaborava em fainas agrícolas determinadas, como semear milho a *focho*, pôr água no rego das batatas ou vindimar. Dentro de casa, além das tarefas domésticas correntes, no *tempo da apanha* secava o milho no forno, após a fornada de bolo, fazia queijos, fiava, tecia, costurava, bordava ou fazia renda. Cavar a terra de alvião ou subir às pastagens para ordenhar as vacas e trazer o leite às costas eram essencialmente trabalhos de homens, que só em algumas etapas mais difíceis da vida familiar seriam desempenhados por mulheres.

Nas gerações nascidas entre 1850 e 1899, cujos destinos se prolongam pelo século XX, as populações das «três paróquias» aproximam os seus comportamentos das outras freguesias observadas, colocando-se a esperança de vida à nascença numas e noutras à volta dos 57-58 anos, sexos reunidos, com marcado avanço para o sexo feminino.

Embora com base em metodologias diferentes, os valores apresentados por Massimo Livi-Bacci (1987:114) para a esperança de vida ao nascer em algumas populações europeias nos séculos XVIII e XIX, são bastante distintos daqueles que encontramos para a ilha do Pico. Em Inglaterra, nas décadas que decorrem entre 1740 e 1799, a esperança de vida

QUADRO III
Esperança de vida (gerações nascidas entre 1850 e 1899)

Idades	Três paróquias			Ribeiras			Criação Velha*			Total		
	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
0	56	59	58	56	59	58	55	58	57	56	59	57
1	62	63	63	62	64	63	64	64	64	63	64	63
5	62	63	63	62	63	63	66	65	65	63	64	63
10	58	59	59	58	60	59	62	61	61	59	60	59
15	54	55	55	54	56	55	58	56	57	55	56	55
20	50	51	50	50	52	51	53	52	52	50	52	51
25	45	48	47	46	49	47	48	48	48	46	48	47
30	41	44	43	41	47	44	43	43	43	42	44	43
35	37	40	39	37	42	40	39	40	39	37	40	39
40	33	36	35	33	37	35	34	36	35	33	36	35
45	29	32	31	29	34	32	29	32	31	29	32	31
50	24	28	26	25	29	27	25	27	26	25	28	26
55	20	24	22	21	25	23	21	23	22	21	24	22
60	17	20	18	17	21	19	17	20	18	17	20	19
65	13	16	15	13	17	15	13	15	14	13	16	15
70	10	12	11	10	14	12	10	12	11	10	13	12
75	7	9	8	9	11	10	8	10	9	8	10	9
80	5	7	6	6	8	7	6	7	7	6	7	7

à nascença situar-se-ia entre 33,5 e 37,0 anos; em França, os valores correspondentes terão oscilado entre 24,8 e 31,1. Nas cinco décadas seguintes, em Inglaterra, encontramos valores entre 37,3 e 40,5; em França, entre 33,9 e 39,9. Mais favorável terá sido a situação da Suécia e da Dinamarca, com valores entre 36,5 e 45,0 nas primeiras cinco décadas do século XIX. Lorenzo Del Panta, em relação a Itália, encontra, para o período de 1881-1882, uma esperança de vida à nascença de 35,2 anos para os homens e 35,7 para as mulheres, subindo para 42,6 e 43,0, respectivamente, no período de 1899 a 1902 (1996: 179).

Usando os mesmos procedimentos metodológicos utilizados para o Pico, outras comunidades portuguesas apresentam também comportamentos claramente diferenciados. Enquanto Inês Faria (1998:148) encontra, para uma comunidade minhota, no norte do país, uma esperança de vida à nascença de 41,9 anos, para as gerações nascidas entre 1677 e 1752, os valores encontrados por Maria Palmira Gomes (1998: 112-115), para uma comunidade do centro do país, gerações nascidas entre 1830 e 1859 e entre 1860 e 1890, foram, respectivamente, de 38,0 e 43,8 anos; José António Pinto (1998:292), para uma comunidade algarvia, para gerações nascidas entre 1780 e 1810, calcula 36,2 anos de esperança de vida à nascença. Por sua vez, para uma comunidade alente-

jana, em gerações nascidas entre 1771 e 1859, os valores encontrados por Anabela Godinho (1999:101) foram de 31,0 anos. A clara vantagem na sobrevivência das populações nortenhas terá alguma coisa a ver com o cereal básico, o milho, e com a diversidade alimentar, como acontecia no Pico? Ou terá a ver predominantemente com as melhores condições de sobrevivência das crianças, com condições climáticas mais favoráveis ou com o maior domínio das crises de mortalidade?

1.2. Mortalidade de menores

A partir do quadro da evolução da mortalidade infantil por décadas, verificamos que, excluindo o caso das Ribeiras, não parece ter havido, no largo espaço de dois séculos (1740-1939), evolução significativa no que respeita à mortalidade dos menores de um ano de idade. Apresenta-se mesmo ligeiramente mais gravosa a situação na segunda metade do século XIX do que havia sido na primeira metade desse mesmo século. Após 1940 a redução dos valores é nítida, não se registando mesmo qualquer óbito de criança com menos de um ano na paróquia da Criação Velha na década de 1970.

Os valores referidos por Livi-Bacci (1987:119) para a segunda metade do século XVIII, para Inglaterra, foram de 165 crianças falecidas no primeiro ano de vida por mil nados vivos, para França, de 273, para a Suécia, de 200 e para a Dinamarca, de 191. Para Espanha, Manuel Ardit (1999: 264) encontra, no período, valores correntes à volta de 200 por mil, embora na Espanha interior atingissem frequentemente os 300 por mil.

A diversidade de comportamentos no caso português apresenta-se vincada, perturbando critérios habituais de evolução positiva no tempo longo. Inês Faria (1998: 145) avalia em 103 por mil, no período de 1680 a 1719, os falecidos com menos de um ano de idade na comunidade minhota de Barcelinhos. Na mesma comunidade a autora avalia em 125 por mil a mortalidade infantil nas gerações nascidas entre 1720 e 1759; em 99 por mil, nas gerações nascidas de 1840 a 1879 e em 150 por mil, nas gerações nascidas entre 1880 e 1910. Maria Palmira Gomes (1998: 94), para gerações nascidas entre 1830 e 1960, encontra em Cortegaça, no centro litoral, valores entre 131 por mil e 213 por mil, caindo de 150 por mil, ainda encontrados na década de 1960, para 76 por mil, na década seguinte. O valor médio nas quinze décadas analisadas para Cortegaça

QUADRO IV
Quocientes de mortalidade infantil e níveis de sobrevivência

Décadas	Três paróquias < 1 ano	Ribeiras < 1 ano	Criação Velha < 1 ano	Sobreviventes a 1 ano (total)	Sobreviventes aos 2 anos (total)
1740	159	231		815	792
1750	173	241		810	766
1760	151	144		850	821
1770	118	128		882	847
1780	152	111		883	817
1790	142	105		875	815
1800	141	119	79	880	822
1810	161	152	186	836	772
1820	113	88	113	890	841
1830	123	95	86	878	824
1840	133	130	79	862	812
1850	88	97	90	893	859
1860	123	125	153	883	823
1870	110	100	122	897	834
1880	115	97	144	894	843
1890	204	93	160	874	838
1900	113	83	104	918	895
1910	101	98	120	909	880
1920	138	69	80	900	871
1930	102	117	96	900	875
1940	69	62	86	932	918
1950	71	19	65	949	939
1960	26	21	59	972	965
1970	21	24	0	980	976

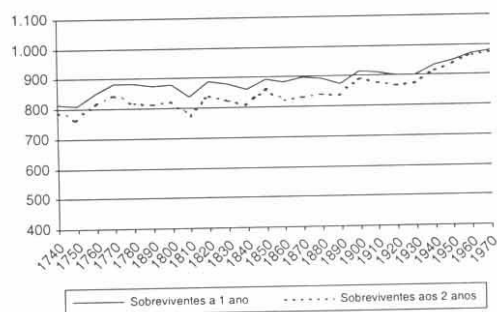


GRÁFICO I. Sobreviventes a um ano e dois anos de idade

foi de 156 crianças falecidas no primeiro ano de vida por mil nascidas, não parecendo desencadear-se qualquer evolução significativa no comportamento antes dos anos setenta do século XX. Os valores da Conceição de Tavira, no Algarve, encontrados por José António Pinto (1998: 291), nas décadas que decorreram entre 1770 e 1819, colocaram-se entre 197 e 266 por mil, oscilando nas cinco décadas seguintes entre 137 e 178 por mil, denunciando, neste caso, uma evolução positiva sedimentada a partir de 1820. Em Selmes, no Alentejo, Anabela Godinho (1999: 99) encontra níveis de mortalidade infantil entre 1780 e 1840, a oscilar entre 143 e 245, com valor superior a 200 por mil na última década observada.

Analisando no quadro a evolução por décadas dos sobreviventes a um ano e aos dois anos de idade e considerando o gráfico correspondente, verificamos que, exceptuando as décadas de 1740 e de 1810, mais de 800 crianças em mil nascidas entraram no seu terceiro ano de vida. Uma relativa melhoria da situação de sobrevivência marca-se no início do século XX, para, após 1940, os valores se superiorizarem a 900 por mil.

A evolução no que respeita à relação entre os sobreviventes aos dois anos e os sobreviventes a um ano de idade não deixa de ser interessante. Nas quatro primeiras décadas observadas, só entre 3 e 5% dos sobreviventes a um ano não perfizeram o seu segundo aniversário. A partir de 1780 e nos cem anos que se seguiram o tributo pago à morte das crianças no segundo ano de vida foi maior, com percentagens a subir para 6-7%, colocando-se nos 8% na década de 1810 e, excepcionalmente, nos 4%, na década de 1850. Na década de 1890 a percentagem colocou-se nos 4%, descendo nas quatro décadas seguintes para 3%. Em 1940 encontramos 2% de crianças sobreviventes a um ano que não perfizeram o seu segundo aniversário, baixando para 1% nas duas décadas seguintes e para menos de 1% na década de 1970.

A análise da sazonalidade ao óbito e da mortalidade de crise poderão, eventualmente trazer-nos algumas explicações para este estranho comportamento.

1.3. A sazonalidade ao óbito dos menores de dois anos

A análise da evolução da sazonalidade ao óbito, feita para o conjunto das paróquias observadas, pode provocar alguma reflexão sobre as defesas em relação ao frio ou calor mais excessivos, particularmente no caso

das crianças. Calculámos a sazonalidade ao óbito das crianças menores de dois anos por nos parecer que poderiam ser mais afectadas pelas diferenças de temperatura ou, em período de desmame, pela ingestão de alimentos novos, particularmente de frutos menos maduros ou menos adequados.

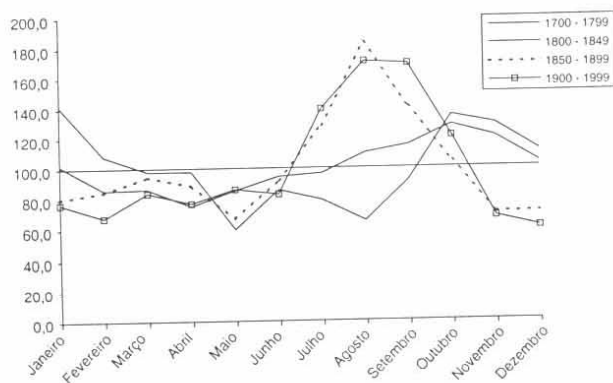


GRÁFICO II. Sazonalidade ao óbito dos menores de 2 anos. Índices

Pela análise do gráfico parece verificar-se uma alteração de comportamento entre o século XVIII e a segunda metade do XIX, alteração que se foi processando na primeira metade deste último século. Enquanto a partir da segunda metade do século XIX a mortalidade das crianças se agudiza no mês de Agosto, no século XVIII o mês mais gravoso havia sido o de Outubro, prolongando-se a mortalidade superior à média pelos meses seguintes, os meses mais frios do ano. Será de admitir então uma menor protecção das crianças contra o frio, em casas de pedra sem reboco, onde os agasalhos poderiam ser escassos.

A transferência do período crítico para a época do verão poderá ter a ver com eventuais alterações aos hábitos de amamentação das crianças, expondo-as mais precocemente a dietas menos convenientes em período de calor. Não esqueçamos que fizemos incidir a nossa atenção em crianças com menos de dois anos. Essas alterações não pare-

cem ter sido as mais adequadas para a sobrevivência das crianças, a avaliar pelos valores de sobrevivência antes analisados.

1.4. A sazonalidade ao óbito dos maiores de 65 anos

Vejam agora se convergem no mesmo sentido eventuais alterações no caso do outro grupo etário mais frágil, os maiores de 65 anos.

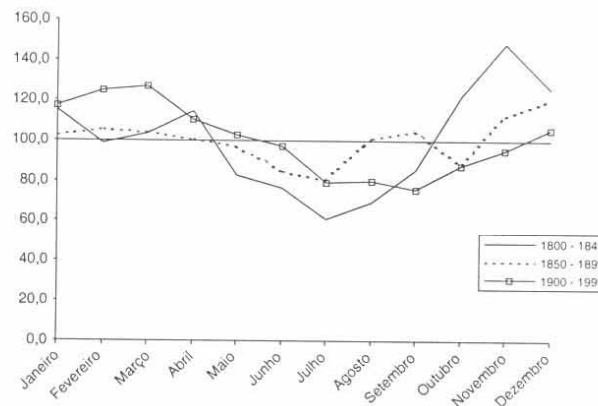


GRÁFICO III. Sazonalidade ao óbito dos maiores de 65 anos. Índices

A observação da sazonalidade ao óbito dos mais velhos, os maiores de 65 anos, por três períodos (consideremos que o cálculo da idade ao óbito foi feito a partir da data de nascimento conhecida e que o início dos registos se situa nos finais do século XVII ou inícios do seguinte), também faz admitir que a protecção contra o frio não seria a mais conveniente antes de chegarmos a meados do século XIX. Os meses de Outubro a Janeiro eram então os mais penalizadores. No século XX, ao invés, são os meses de Dezembro a Maio aqueles em que a mortalidade atinge valores superiores aos valores médios.

1.5. A mortalidade de crise

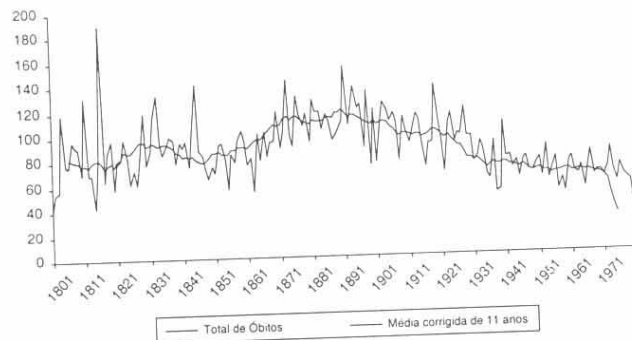


GRÁFICO IV. Mortalidade Geral (6 paróquias)

A observação da evolução da mortalidade de crise para o século XIX e XX, usando médias móveis corrigidas de 11 anos (método Livi-Bacci/Del Panta), mostra, para o conjunto das cinco paróquias referidas anteriormente, e ainda para a Calheta, freguesia contígua às Ribeiras, apenas um momento particularmente difícil, o ano de 1811.

No entanto, a observação do gráfico da evolução da mortalidade dos menores de sete anos para as seis freguesias, evidencia três momentos em que se pode falar de crise de mortalidade infanto-juvenil: 1811, 1816 e, principalmente, 1873.

A crise de 1811 terá decorrido de uma epidemia de varíola a afectar crianças e adultos, estes ainda não imunes à doença, dado o isolamento da ilha. Nos anos de 1816 e principalmente em 1873 a varíola terá afectado mais as crianças do que os adultos.

Essas epidemias, no entanto, não se evidenciaram do mesmo modo nas diferentes freguesias. Os gráficos da mortalidade, principalmente dos menores de sete anos, são explícitos no que respeita à diversidade de comportamento para os períodos em análise.

Na Calheta, o único momento que podemos considerar de crise de mortalidade adulta marca-se em 1816, mas em 1873 a crise de bexigas afecta gravemente as crianças da freguesia.

Em S. Mateus/S. Caetano as crises de mortalidade dos menores de sete anos localizaram-se no ano de 1816 e de 1873, com correspondência na mortalidade dos adultos apenas para 1816. O ano de 1811 não parece ter sido um ano particularmente gravoso.

Nas Ribeiras o ano de 1873 é o único ano que poderemos considerar de crise grave, a afectar crianças e adultos.

Considerando que a Criação Velha, onde em 1811 parece ter entrado uma epidemia de varíola (Mesquita, 1998: 117) é a freguesia, das observadas, que se encontra mais próxima do porto da Madalena, porto privilegiado na relação com a cidade da Horta, poderemos aceitar que a epidemia veio da ilha vizinha. O facto de ter afectado crianças e adultos leva a admitir que a varíola fosse pouco conhecida no Pico, não se alargando nesse ano ao sul da ilha. No ano de 1816 nova epidemia teve um raio de acção mais alargado, atingindo freguesias já bem distantes do porto da Madalena, como é o caso da Calheta. A epidemia de varíola de 1873 afectou essencialmente as crianças, a evidenciar a imunidade já adquirida pela população adulta.

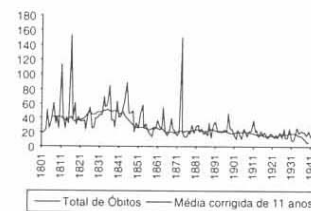


GRÁFICO V
Mortalidade dos menores de sete anos
(6 paróquias)

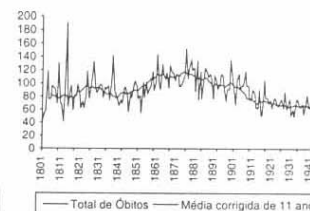


GRÁFICO VI
Mortalidade dos maiores de sete anos
(6 paróquias)

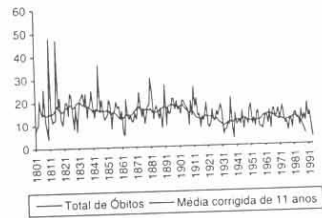


GRÁFICO VII. Mortalidade Geral. Criação Velha

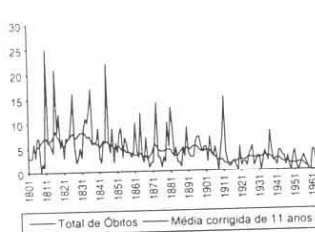
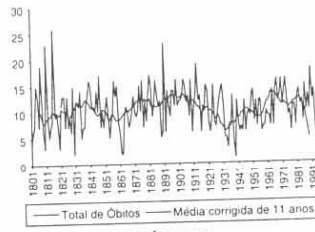
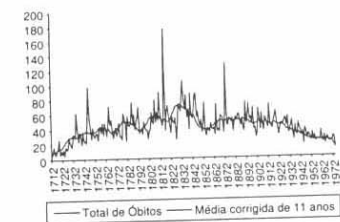
GRÁFICO VIII
Mortalidade dos menores de sete anos
Criação VelhaGRÁFICO IX
Mortalidade dos maiores de sete anos
Criação Velha

GRÁFICO X. Mortalidade Geral. S. Mateus e S. Caetano

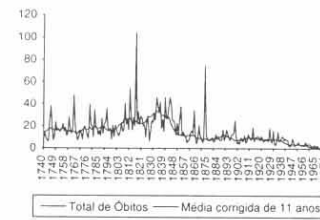
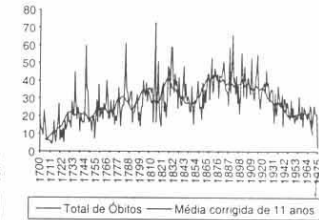
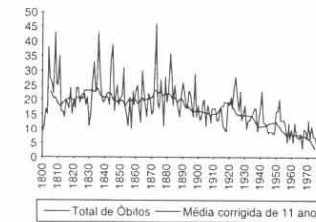
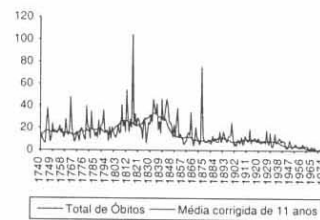
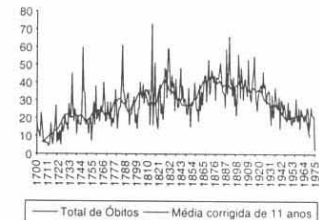
GRÁFICO XI
Mortalidade dos menores de sete anos
S. Mateus e S. CaetanoGRÁFICO XII
Mortalidade dos maiores de sete anos
S. Mateus e S. Caetano

GRÁFICO XIII. Mortalidade Geral. S. João

GRÁFICO XIV
Mortalidade dos menores de sete anos
S. JoãoGRÁFICO XV
Mortalidade dos maiores de sete anos
S. João

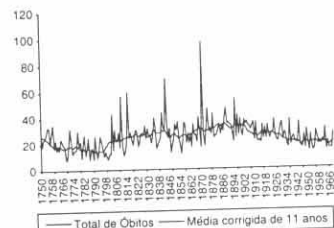


GRÁFICO XVI. Mortalidade Geral, Ribeiras

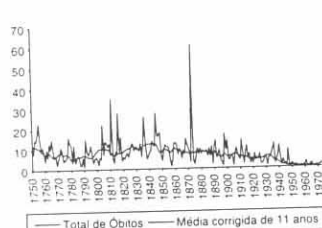
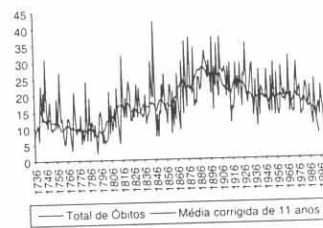
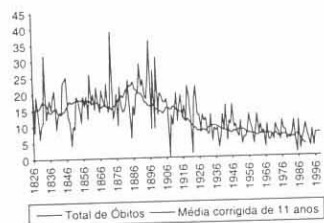
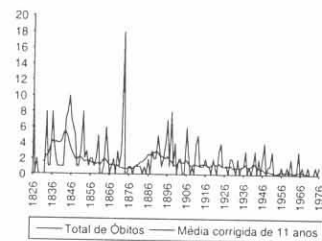
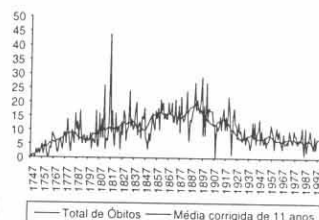
GRÁFICO XVII
Mortalidade dos menores de sete anos
RibeirasGRÁFICO XVIII
Mortalidade dos maiores de sete anos
Ribeiras

GRÁFICO XIX. Mortalidade Geral, Calheta de Nesquim

GRÁFICO XX
Mortalidade dos menores de sete anos
Calheta de NesquimGRÁFICO XXI
Mortalidade dos maiores de sete anos
Calheta de Nesquim

1.6. Uma velhice muito prolongada—observação sobre S. João

Um dos aspectos mais interessantes que sobressai da análise do fenómeno da Mortalidade na Ilha do Pico é o de uma velhice excepcionalmente prolongada. Essa velhice prolongada atrai a esperança de vida à nascença para valores que, comparando com os modelos aceites de populações-tipo, podem parecer em desajuste com os valores encontrados para a mortalidade infantil nos mesmos períodos.

No sentido de um acompanhamento muito próximo da sobrevivência de indivíduos adultos, usámos uma base de dados para um momento dado, elaborada a partir do cruzamento da base de dados demográfica da paróquia com um *rol de confessados*, ou seja, uma lista de habitantes, casa a casa, rua a rua, a constituir um recenseamento de toda a população residente. O momento escolhido foi o dia 1 de Janeiro de 1883. A base de dados integra, para todos os indivíduos constantes no rol, o local de residência, rua e fogo, o nome completo, as datas de nascimento, casamento/s, saída da comunidade ou óbito, além de códigos familiares e individuais. Integra ainda a posição relativa na hierarquia familiar de cada um dos indivíduos, além de outros dados de índole demográfica e sociológica decorrentes do cruzamento com outras fontes, entre as quais se contam os registos de passaporte.

Na nossa observação sobre o prolongamento da velhice, considerámos, dessa base de dados, todos os residentes que tinham nascido antes do dia 1 de Janeiro de 1850 e que faleceram na freguesia após 1 de

Janeiro de 1883. Estamos a considerar, grosso modo, gerações nascidas na primeira metade do século XIX, embora não se trate, evidentemente, de acompanhar os nascidos nesse período, mas tão só aqueles que sobreviviam na comunidade naquela data.

Dessas gerações, contámos 183 indivíduos do sexo masculino e 304 do feminino residentes em 1883, que viriam a falecer na freguesia. Repare-se, de passagem, no efeito da mobilidade diferencial na relação de masculinidade encontrada.

Procedemos depois a uma distribuição da idade à morte em grupos quinquenais, por sexos, a partir dos 40 anos, iniciando com o grupo dos 33 aos 39 anos, grupo em que não foi observada nenhuma ocorrência (Quadro X).

QUADRO V
Distribuição da idade à morte. Nascidos antes de 1850 e residentes em S. João em 1883

Grupos de idades	Sexo masculino		Sexo feminino	
	Nº	%	Nº	%
33-39	0	0	0	0
40-44	1	1	1	0
45-49	2	1	1	0
50-54	3	2	8	3
55-59	6	3	11	4
60-64	11	6	7	2
65-69	12	7	25	8
70-74	19	10	39	13
75-79	33	18	44	15
80-84	39	21	65	21
85-89	37	20	60	20
90-94	16	9	32	11
95-99	4	2	10	3
100-104	0	0	1	0
Totais	183	100	304	100

A observação atesta uma espectacular sobrevivência dos indivíduos adultos, num e noutro sexo. No caso dos homens, 52% dos residentes em 1883 que haviam nascido na primeira metade do século XIX ou nos finais do século XVIII, morreram em S. João com 80 ou mais anos. No caso das mulheres a percentagem correspondente atinge os 55%. A falecer com 90 ou mais anos ainda encontramos 11% dos homens e 14% das mulheres.

Reparemos que só a partir dos 70 se vai agravando o tributo pago à morte, tanto no caso dos homens como no caso das mulheres. O grupo de idades em que encontramos um maior número de ocorrências é entre os 80 e os 84 anos, seguido muito proximamente pelo grupo dos 85 a 89.

Sem epidemias que afectassem a população adulta e, como veremos, com um meio natural favorável e numa ambiência cultural propícia, não foi preciso aguardar pelos nascidos na segunda metade do século XIX para observar uma prolongada velhice.

1.7. A sobrevivência e factores genéticos

Não descartamos a hipótese de factores genéticos contribuírem para a favorável sobrevivência dos picoenses.

Pela observação empírica constatamos frequentemente que em certas famílias a velhice é mais prolongada do que noutras, mas essa observação, em regra, não ultrapassa duas ou três gerações. O facto dos indivíduos constantes das nossas bases de dados se encontrarem ligados em cadeia aos seus ascendentes, em período plurissecular, pode permitir lançar pistas mais sólidas nesse sentido.

Considerando que os picoenses adultos, nascidos no século XIX, podiam ter justa expectativa de prolongamento de vida para além dos 80 anos, quisemos distinguir os *velhos* que morreram cedo, isto é, aqueles que faleceram entre os 65 e os 74 anos, dos outros *velhos* que adiarão a morte, os que faleceram com 85 ou mais anos. O facto de podermos dispor de informação sobre seis comunidades, Criação Velha, S. Mateus, S. Caetano, S. João, Ribeiras e Calheta, permite-nos uma confortável base de observação.

Considerados os dois grupos, por sexos, escolhemos os falecidos entre 1850 e 1879 nessas comunidades e fomos depois calcular a esperança de vida aos 50 anos dos respectivos ascendentes conhecidos.

Pelo quadro se verifica que os ascendentes dos indivíduos que faleceram mais idosos na segunda metade do século XX tiveram, dos 50 anos aos 85 anos, uma esperança de vida marcadamente superior à dos ascendentes dos indivíduos que faleceram no mesmo período entre os 65 e aos 74 anos. Só atingidos os 85 anos essa diferença deixa de existir.

Se considerarmos os resultados por sexos, verificamos que no sexo feminino as diferenças são mais marcadas do que no masculino.

QUADRO VI
Esperança de vida de ascendentes de indivíduos falecidos entre 1850 e 1879

Idades	Esperança de vida de ascendentes de falecidos entre 65 e 74 anos			Esperança de vida de ascendentes de falecidos com 85 ou mais anos		
	M	F	MF	M	F	MF
50	23	24	24	25	27	26
55	19	20	20	21	23	22
60	15	16	16	18	20	19
65	12	13	12	14	16	15
70	9	10	10	11	13	12
75	8	8	8	9	10	10
80	6	6	6	7	8	7
85	4	5	4	4	5	5
90	3	4	3	3	4	3

2. A DIETA ALIMENTAR TRADICIONAL DOS PICOENSES TERÁ TIDO IMPORTÂNCIA FUNDAMENTAL NA SUA SOBREVIVÊNCIA?

Não podemos deixar de nos interrogar sobre os motivos que estarão na base da espectacular sobrevivência dos picoenses.

Podemos encontrar algumas respostas para a suavidade da morte na ilha do Pico na sua lateralidade em relação às rotas transoceânicas e à conseqüente melhor defesa contra os contágios; no seu clima ameno e relativamente seco, beneficiando do poder de condensação da montanha; nas suas produções e consumos próprios de um terreno de formação recente; na extensão das pastagens; na abundância de peixe; nos seus ambientes domésticos. Podemos considerar também a importância dos factores genéticos. As ilhas açorianas foram povoadas de forma desfasada e a diversificada origem dos povoadores expressa-se pelos diferentes sotaques, pelos tipos de casa, pela cozinha, de diferentes temperos e formas de conservação de alimentos. Mesmo na ausência de estudos sistemáticos, constatava-se empiricamente que a altura média dos mancebos picoenses que se incorporavam no serviço militar sobressaía em relação à dos seus companheiros de outras ilhas.

Se é relativamente fácil explicar a ausência de epidemias a afectar a ilha antes do século XIX pelo isolamento geográfico, como também a redução das causas de morte pela maior *secura* ambiental e pela qualidade da água utilizada para consumo doméstico, extraída dos poços de

maré ou recolhida das chuvas, será menos óbvio constatar que a ilha de solo mais pobre seria aquela em que se vivia mais tempo. Estatísticas do Governo Civil da Horta datadas de 1884 dão-nos conta da diversidade das produções e consumos nas quatro ilhas desse distrito e, apesar de eventuais problemas nas contagens, será interessante constatar em que sentido vão as diferenças de ilha para ilha.

As estatísticas de produções e consumos do Governo Civil da Horta para o ano de 1884, um ano agrícola corrente², permitem-nos aprofundar, para cada ilha, cada concelho e cada freguesia, a relação entre a respectiva população e os recursos básicos de que dispunha. Relação que se pode apresentar bem diferenciada ilha a ilha.

Vejamos primeiro, por ilhas, a produção cerealífera básica, a de trigo e de milho.

QUADRO VII
Produção e consumo de trigo e milho (por ilhas) 1884

Ilhas	Trigo (litros)				Milho (litros)			
	Produção (1)	Consumo (2)	Sementes (3)	1-(2+3)	Produção (1)	Consumo (2)	Sementes (3)	1-(2+3)
Faial	1.508.000	1.239.000	90.480	178.520	4.638.000	3.910.000	92.760	635.240
Pico	198.030	1.905.643	29.405	-1.737.018	1.396.128	4.278.134	135.190	-3.017.196
Flores	260.590	193.447	13.057	54.086	1.389.695	1.295.228	8.738	85.729
Corvo	1.500	-	1.500	-	45.000	42.000	3.000	-
Total	1.968.120	3.338.090	134.442	-1.504.412	7.468.823	9.525.362	239.688	-2.296.227

Pela análise do quadro relativo à produção e consumo dos cereais básicos na alimentação das gentes para o ano de 1884, verificamos que o Pico foi a única ilha a não cobrir as suas necessidades de consumo e sementes. O Faial era o principal celeiro do Pico, mas importava-se também trigo e milho das ilhas de S. Miguel e Terceira (João, 1991:44).

Relacionando o consumo com o número de habitantes de cada uma das ilhas poderemos aproximarmo-nos de situações diferenciadas.

Encontramos para a ilha do Pico maior consumo de cereais por habitante do que nas restantes ilhas. Trata-se de um resultado aparentemente estranho, considerando ser a ilha mais deficitária. As festividade

² Por comparação com outras estatísticas disponíveis.

QUADRO VIII
Consumo de cereais básicos por habitante (por ilhas) 1884

Ilhas	Trigo (litros)	Milho (litros)
Faial	50,60	159,7
Pico	73,81	165,7
Flores	19,34	129,5
Corvo	-	49,47

des do Espírito Santo exigiam então (como ainda hoje exigem) às diferentes irmandades (cada freguesia tinha em regra mais do que uma irmandade) importantes consumos anuais de farinha de trigo para cozer as *rosquilhas*, o *pão d'ovos* ou os *bolos de véspera* que se davam (e ainda hoje se dão) a toda a pessoa que acesse ao Império, sendo o Pico a única ilha com essa tradição. Por outro lado, os hábitos quotidianos dos picoenses de consumo de grandes quantidades de *massa*, em regra bolo de milho, em detrimento de *conduto* (carne, peixe ou ovos), ou outro tipo de alimentos, só no último quartel do século XX se viram modificados.

Embora básicos e com possibilidade de se conservar o ano inteiro, nem só o trigo e o milho apoiavam a alimentação quotidiana das populações das quatro ilhas. Sem grande significado a produção de centeio ou cevada, a batata inglesa e a batata doce em épocas próprias, o feijão e o inhame, eram importantes suplementos alimentares, sem esquecer a fava, que além de suplemento alimentar constituía, ao lado do tremço, importante adubo para os campos, ávidos de azoto (João, 1991:42).

No que respeita à produção de batata inglesa, todas as ilhas, à excepção do Pico, produziram para o consumo, com excedentes modestos. A batata doce que fora introduzida nestas ilhas cerca de trinta anos antes já se instalara nos hábitos das populações, particularmente dos picoenses, carentes de cereais. No entanto, em 1884 só no Faial e em Santa Cruz das Flores houve batata doce que chegasse para o consumo e reprodução das plantas.

O feijão não encontrava nestas ilhas ambiente favorável para a sua reprodução. À excepção do concelho das Lajes das Flores e do Corvo, todos os restantes concelhos foram deficitários neste género. O inhame, ao invés, aparece com um peso muito importante no consumo e só no concelho de S. Roque do Pico e nas Lajes das Flores a produção não chegou para o consumo.

QUADRO IX
Consumos de batatas, feijão e inhame por habitante (por concelhos) 1884

Concelhos	Batata inglesa (kgs)	Batata doce (kgs)	Feijão (litros)	Inhame (kgs)
Horta (Faial)	17,37	22,14	1,13	10,46
Madalena(Pico)	65,84	45,36	0,32	7,54
Lajes (Pico)	35,62	57,77	0,30	28,89
S. Roque(Pico)	45,15	30,10	1,04	41,38
S. Cruz(Flores)	7,93	1,75	6,84	11,16
Lajes(Flores)	5,68	49,06	1,23	60,74
Corvo	44,76	47,11	1,18	-

Como se verifica, nos três concelhos da ilha do Pico, o consumo da batata inglesa atingia níveis elevados, assim como acontecia na ilha do Corvo. No Faial e principalmente nas Flores, o consumo era muito mais reduzido, o que pode ter a ver com o acesso mais fácil aos cereais e também, no caso das Flores, à incidência de ventos que dificultariam a cultura.

A batata doce também tinha já uma grande aceitação na ilha do Pico, como nas Lajes das Flores e no Corvo. Em Santa Cruz das Flores a penetração da batata doce era escassa, não sendo também muito difundida no Faial.

O feijão não parece ter tido então lugar frequente à mesa dos açorianos destas quatro ilhas. Apenas em Santa Cruz das Flores o consumo seria maior.

Os inhames eram de consumo frequente, particularmente nas Lajes das Flores e em S. Roque e Lajes do Pico. A cultura dos inhames não é referida no Corvo.

Se o Pico era carente de cereais, de batatas ou de feijão, continuava a ter alguma produção vinícola, era abundante de outros frutos e de lenhas.

Pelo quadro relativo à produção de vinho, aguardente e vinagre, verificamos que a única ilha com um nível mais importantes de produção era o Pico e particularmente o concelho da Madalena. Nas duas ilhas mais ocidentais, Flores e Corvo a vinha não se cultivava.

Laranjas, maçãs, pêras, pêssegos, figos e castanhas produziam-se também predominantemente na ilha do Pico. As laranjas davam-se melhor

QUADRO X
Produção e Consumos de vinho, aguardente e vinagre (por concelhos) 1884

	Existência da colheita anterior			Produção e consumo da colheita de 1884					
	Vinho	Aguardente	Vinagre	Vinho		Aguardente		Vinagre	
				Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo
Horta (Faial)	2.540	10	8	6.000	4.200	50	50	-	-
Madalena(Pico)	2.400	8.800	12.300	101.420	19.638	19.180	18.045	26.500	19.812
Lajes (Pico)	1.000	-	200	10.019	7.850	73.144	122.674	35.990	31.550
S. Roque(Pico)	4.600	-	260	22.400	24.000	525	525	1.430	1.580
S. Cruz(Flores)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lajes(Flores)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Corvo	-	-	-	-	-	-	-	-	-

no concelho das Lajes, mas as maçãs, os pêssegos e os figos cultivavam-se mais no concelho da Madalena e no de S. Roque. As mulheres da *fronteira* do Pico, em cestos cobertos de pano passavam regularmente o canal nos barcos de boca aberta para ir à cidade da Horta vender uvas, figos, maçãs, peras, ameixas ou pêssegos. O Faial produzia laranjas, mas era escasso nas outras frutas, o mesmo acontecendo com as Flores e o Corvo.

Um contributo indispensável para a economia e equilíbrio alimentar das quatro ilhas era dado pelo gado, principalmente o gado bovino, lanígero e suíno, embora o gado caprino assumisse também alguma importância. O gado cavalari e asinino assumia uma importância muito relativa.

Apresentamos um quadro por concelhos em que calculamos o número médio de cabeças de gado das diferentes espécies por cada 100 fogos.

QUADRO XI
Cabeças de gado por cada 100 fogos (por concelhos) 1884

Concelhos	Espécie bovina	Espécie lanígera	Espécie caprina	Espécie suína
Horta (Faial)	95	97	16	50
Madalena(Pico)	24	129	21	71
Lajes (Pico)	79	225	54	80
S. Roque(Pico)	81	243	32	60
S. Cruz(Flores)	106	204	36	88
Lajes(Flores)	141	190	16	148
Corvo	349	753	4	591

A relação mais elevada entre os animais das espécies consideradas e o número de fogos é encontrada no Corvo em que cada família, a serem correctas as estatísticas, poderia matar, em média, seis porcos por ano e ter um pasto de mais de três vacas ou bois e mais de sete carneiros ou ovelhas.

A relação mais alta imediatamente a seguir para a espécie bovina encontra-se na ilha das Flores, concelho das Lajes e depois de Santa Cruz, seguindo-se depois o Faial. No Pico, o concelho das Lajes apresenta o maior número de bovinos por fogo. O concelho da Madalena tem uma relação marcadamente mais baixa.

Depois do Corvo é em S. Roque do Pico onde o *gado ovelhum* mais se expande, embora ganhe expressão em todos os concelhos.

Onde o gado caprino mais se encontrava era no concelho das Lajes do Pico, onde o leite de cabra alimentava crianças e velhos, particularmente entre a população ligada ao mar, como era o caso das Ribeiras e da própria sede do concelho.

Mais significativas são as diferenças no que respeita à criação de porcos. Sabendo-se da dependência das populações em relação à banha de porco para os consumos domésticos, dada a ausência do azeite, o facto de existirem famílias sem possibilidade de matar um porco ao ano pode expressar graves carências.

Na Ilha do Pico, no concelho de S. Roque, só 60 em cada 100 famílias teriam recursos para sustentar um porco, não se considerando o caso do Faial com o mesmo significado, na medida em que grande parte da população urbana teria outro tipo de economia doméstica. No Pico, o concelho das Lajes era aquele que alimentava um maior número de animais desta espécie. No concelho das Lajes das Flores as famílias poderiam matar em média um porco e meio em cada ano. Em Santa Cruz da mesma ilha os valores eram inferiores, mas mesmo assim mais favoráveis do que os encontrados para o Faial e Pico.

A existência dos animais pode não significar que os mesmos fossem correntemente utilizados para a alimentação dos seus criadores. As estatísticas do Governo Civil dão-nos também informação sobre o abate de animais para consumo, podendo-se relacionar esse abate com o número de habitantes.

Apesar do núcleo urbano, não é no concelho da Horta onde encontramos as relações mais elevadas entre a carne de bovino adulto para

QUADRO XII

Peso de carnes verdes consumidas por habitante em kgs (por concelhos) 1884

Concelhos	Vacas ou bois	Vitelas	Carneiros	Chibatos	Porcos
Horta	4,83	2,20	0,15	0,02	5,85
Madalena(Pico)	0,59	0,23	0,12	0,03	5,80
Lajes(Pico)	1,09	0,34	0,42	0,04	8,20
S. Roque(Pico)	1,76	0,51	0,46	0,06	12,82
S. Cruz(Flores)	15,28	0,60	0,28	0,03	8,86
Lajes(Flores)	5,20	2,15	0,60	0,09	20,73
Corvo	3,18	0,45	0,14	-	2,97

consumo e a população do concelho. Em Santa Cruz das Flores essa relação apresenta-se muito superior, seguindo-se o concelho das Lajes da mesma ilha e só depois o concelho da Horta. O caso do Corvo vem a seguir. No Pico as relações são muito inferiores, particularmente no caso do concelho da Madalena, onde encontramos pouco mais de meio quilo de carne consumida anualmente por habitante.

Os consumos de carne de vitela só nas Lajes das Flores seriam mais significativos. Até épocas recentes não era hábito nestas ilhas sacrificar vitelas para consumo. Mesmo quando havia que matar vitelos à nascença para aproveitar todo o leite para o fabrico de queijo, só em algumas famílias se comia dessa carne. O animal recém-nascido era frequentemente enterrado. O preconceito para com animais jovens estendia-se aos carneiros, aos chibatos e aos porcos.

Também nas Lajes das Flores encontramos o maior consumo de carne de carneiro e no concelho da Madalena, o consumo menor. Consumos de qualquer forma muito reduzidos. A carne de cabrito ou de cabra era pouco apreciada. Não há referência ao seu consumo no Corvo, não sendo significativo o consumo em qualquer outro concelho. Muita gente ainda hoje nessas ilhas não come, por preconceito, carne dessa espécie.

Nas Lajes das Flores encontramos a relação mais elevada entre o consumo de carne de porco e a população. Mais de 20 quilos de carne por habitante, seguindo-se o caso do concelho de S. Roque do Pico com cerca de 13 quilos por habitante. Em Santa Cruz das Flores o peso da carne de porco consumida por habitante quedava-se abaixo dos 9 quilos e no caso do concelho da Horta não chegava aos 6 quilos, dois casos em que o consumo de carne de vaca era mais frequente. Nas Lajes do Pico o con-

sumo de carne de porco foi apontado como ligeiramente inferior ao do concelho da Madalena, pouco se superiorizando aos 5 quilos por habitante.

Sabemos também que a manteiga de vaca era produzida principalmente no Faial e nas Flores. No Corvo e no concelho da Madalena do Pico não se produzia manteiga, sendo muito escassa a produzida nos outros dois concelhos desta ilha. Ao invés era nos concelhos das Lajes e de S. Roque da ilha do Pico onde se faziam queijos em maior quantidade, embora no Corvo e nas Lajes das Flores houvesse também produção. O queijo do Pico, ou queijo de S. João, tem características próprias que se mantiveram ao longo dos séculos e ainda são uma imagem de marca da ilha.

A importância da pesca não se reflecte nas estatísticas. Sabemos, no entanto, que algumas comunidades do Pico, como o lugar de Santa Cruz na freguesia das Ribeiras e outros lugares desta ilha, mas também do Faial ou mesmo das Flores, viviam predominantemente do mar.

Na primeira metade do século XX, a reflectir a situação do século anterior, ainda a dieta quotidiana da generalidade dos picoenses passava por uma refeição matinal de papas de milho, com ou sem leite, caldo de couves ao almoço com bolo de milho, batatas ou inhames à tarde com enchidos de porco, peixe ou ovos, sopas de bolo de milho em leite ou soro, à noite, ou, na ausência destes, chá com bolo de milho e queijo. Só em dias particularmente festivos é que se matava uma galinha ou um carneiro ou se comprava alguma carne de vaca, regada com algum vinho. A fruta abundante estava geralmente ao alcance, particularmente das crianças, a qualquer momento do dia.

Admitimos que a dieta alimentar tivesse uma influência decisiva no prolongamento da velhice dos picoenses. Verificámos que a alimentação básica era o bolo de milho, um pão sem fermento, complementado com inhames. Batatas brancas e doces, nas alturas próprias, supriam a carência do milho. Verificámos que só raramente se comia carne, sendo a carne de porco a mais usual, usando-se a banha de porco nos usos culinários, em substituição do azeite, que não existia. O peixe era recurso importante das comunidades mais ligadas ao mar e o leite e queijo, não a manteiga, das comunidades de pastores. A fruta era corrente e comida a qualquer hora, principalmente pelas crianças. O consumo moderado de vinho é outro factor a ter em conta, assim como a pureza da água utilizada, água das chuvas e de poços de maré. No entanto, a ausência de cálcio na água favorecia as cáries e a alimentação dos vel-

hos, desdentados, passava a ser à base de papas de milho e de sopas de bolo em leite, ou em soró, no caso de comunidades de pastores. À base de papas de milho e de caldo de peixe, no caso de comunidades de marítimos.

Entendemos que a suavidade da morte na ilha do Pico ao longo dos três últimos séculos, período coberto pelos registos paroquiais, poderá assentar num variado leque de situações favoráveis. Em primeiro lugar a suavidade do clima, sem grandes amplitudes térmicas entre o Inverno e o Verão e entre o dia e a noite, e a relativa secura, decorrente do poder de condensação da grande montanha. Depois, a pureza das águas e a diversidade alimentar. Uma terra pedregosa cavada de alvião e pastagens no alto exigia exercício físico diário da parte dos homens. Exercício físico diário também para as mulheres que carregavam lenha das encostas altas e água dos poços de maré.

Factores genéticos podem ter favorecido a sobrevivência dos picoenses, mas o seu isolamento foi até época tardia uma grande defesa contra as epidemias. Pensamos que uma amamentação mais prolongada no século XVIII terá favorecido a sobrevivência das crianças, vulneráveis, no entanto, ao frio, pela fraca defesa das habitações de pedra tosca e sem reboco. Se a melhoria dos ambientes domésticos veio com o século XIX, favorecendo a sobrevivência de crianças e adultos, a evolução de hábitos culturais, que pensamos relacionados com o desmame, trouxe uma relativa penalização para as crianças, penalização que também adveio das epidemias de variola que esse século conheceu. Apoio exterior à sobrevivência dos picoenses só se torna eficaz nos anos de 1940, particularmente no caso das crianças.

A suavidade da morte levou os picoenses de ontem aos caminhos da emigração e ao controlo da natalidade relativamente precoce. (Amorim, 1992:113-207). Hoje, uma população envelhecida vê chegar gente de fora atraída pelas oportunidades de trabalho que se vê compelida a oferecer.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Maria Norberta (1992), *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.

- AMORIM, Maria Norberta (1999), «O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial», *Ler História*, nº 36: 9-43.
- AMORIM, Maria Norberta (2001), «Do Antigo Regime à Contemporaneidade. Micro-análise da transição demográfica numa paróquia açoriana», *Revisita ADEH*, XIX, II, pp. 79-113.
- ARDIT, Manuel (1999), «Microanálisis demográfico en larga duración: el caso de España», *Historia de la Población*, Vol. II, IV Congreso ADEH, Bilbao, Universidad del País Vasco.
- BANDEIRA, Mário Leston (1996), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- BARBOSA, Maria Herminia Vieira (1998), «Reconstituição de paróquias e aprofundamento dos estudos de mortalidade infanto-juvenil da comunidade de Esporões (séculos XVII-XX)», *Boletim ADEH*, XVI-1, pp. 21-54.
- BERNABEU MESTRE, Josep (1994), *Enfermedad y Población*, Valencia, Seminari d'estudis sobre la Ciència.
- DEL PANTA, Lorenzo (1996), «Dalla metà del settecento al nostri giorni», in *La popolazione italiana dal medioevo a oggi*, Roma-Bari, Editori Laterza, pp. 133-212.
- FARIA, Inês Martins de (1998), *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população (1606-1910)*, Guimarães, Universidade do Minho, Monografias NEPS.
- GODINHO, Anabela Silva de Deus (1999), *Comportamentos Demográficos de uma freguesia rural do Baixo Alentejo. Selmes (séculos XVIII-XIX)*, dissertação de mestrado, policopiada, Instituto Superior de Trabalho e Empresa.
- GOMES, Maria Palmira da Silva (1998), *Estudo demográfico de Coteagaça (Ovar) (1583-1975)*, Guimarães, Universidade do Minho, Monografias NEPS.
- HENRY, Louis (1976), *Demografia*, Barcelona, Labor Universitaria.
- HENRY, Louis (1988), *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva.
- JOÃO, Maria Isabel (1991), *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos.
- LIVI-BACCI (1987), *Ensayo sobre la historia demográfica europea. Población y alimentación en Europa*, Barcelona, Ariel.
- LIVI-BACCI, Massimo (1971), *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press.
- LIVI-BACCI, Massimo (1984), «Crises de Mortalidade: Definição, métodos de cálculo, análise das consequências», in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.), *População e Sociedade. Evolução das Sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes.
- MESQUITA, Maria Herminia Morais (1998), *Evolução demográfica na Criação Velha, paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*, Direcção Regional da Cultura.

- Pico, caracterização* (1988), Região Autónoma dos Açores, Departamento Regional de Estudos e Planeamento, DREPA, Angra do Heroísmo.
- PINTO, J. A. de Faria (1998); «Estudo demográfico de uma paróquia algarvia: Conceição de Tavira (séculos XVIII e XIX)», *Boletín ADEH*, XVI-1, pp. 275-196.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (1991), *Dinâmica Populacional dos Açores no século XX. Unidade, Permanência, Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.